



Manchete do Correio antecipa as medidas do Plano Cruzado



Gôndolas vazias. Congelamento levou ao desabastecimento



Broche dos "fiscais" que acompanhavam os preços nos mercados

tabelamento. A sociedade se mobiliza pelo cansaço da escalada de remarcações. Entram em cena os "Fiscais do Sarney", atentos aos som inconfundível das etiquetas. Munidos das listas de preços publicadas na imprensa e cassetes, conferiam as gôndolas e exigiam que o que tinha sido pago num produto, ontem, valesse para hoje e para amanhã.

Para galvanizar o apoio popular, dois poderosos nomes das comunicações, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni) e João Carlos Magaldi, entram na campanha pela estabilização econômica e bolam um slogan para o Cruzado: "Tem que dar certo". Sucesso imediato.

O plano contou, inclusive, com o endosso da economista e professora Maria da Conceição Tavares, conhecida pelo histrionismo e pelo inseparável cigarro. Ela até chorou, ao final de um debate na tevê sobre a economia, e classificou o pacote econômico como "o projeto mais sério" que

presenciou no Brasil. A popularidade de Sarney, de Funaro e do governo dispara.

Para tentar ampliar a base de apoio político, o presidente promove uma reforma ministerial. Assumem Íris Rezende (Agricultura), Marco Maciel (Casa Civil em substituição a José Hugo Castello Branco, realocado na Indústria e Comércio), Celso Furtado (Cultura), Jorge Bornhausen (Educação), Paulo Brossard (Justiça), Raphael de Almeida Magalhães (Previdência), Abreu Sodré (Relações Exteriores), José Reinaldo Tavares (Transportes), Vicente Fialho (Irrigação) e Saulo Ramos (Consultoria-Geral da República). Era a hora de surfar na onda de apoio popular.

A boa maré se confirma com a deflação de 1,48% em abril. O presidente bate bumbo em pronunciamento na tevê afirmando que "a inflação acabou". Até o sambista Bezerra da Silva, conhecido pelas canções cujas

letras relatam o dia a dia das favelas cariocas, exaltou o plano econômico gravando a música *A rasteira do presidente*. Diz a letra: "Alô, alô, dona de casa/ Fiscais do presidente, se liga/ Tabela de preços na mão/ E vamos lutar contra a inflação/ Se liga tubarão/ E não é mole não/ Vivendo dessa maneira/ Eles inventaram essa tal de inflação/ E o presidente deu aquela rasteira/ Não é mole não".

A euforia dura até junho, quando o Cruzado dá os primeiros sinais de fraqueza. Com o aumento da demanda e os preços congelados, os produtos desaparecem. Uma parte dos fornecedores amarga prejuízos e, por não dar conta de continuar abastecendo as prateleiras dos supermercados, baixa as portas. A outra parte segura a produção para forçar o governo a liberar o reajuste. Naquele mês, Sarney exorta a população a continuar fiscalizando os preços e a denunciar os abusos à Sunab — cujas delegacias

estavam entupidas de reclamações dos consumidores. A primeira medida radical para sustentar o Cruzado deu-se em 9 de julho: a proibição das exportações de carne.

Não era apenas na economia que o governo andava no fio da navalha. Na política, a comissão que vinha trabalhando no pré-projeto da nova constituição foi torpedeada por Ulysses.

"Ulysses não aceitava, queria fazer a Constituinte a partir do zero. Disse que devolveria o projeto. Argumentei que Tancredo havia prometido nomear esta comissão, mas Ulysses radicalizou", lembrou Sarney à sua biógrafa. O pré-projeto foi arquivado, para indignação de Arinos e Brossard. O presidente explicou a situação aos dois, que com muita relutância aceitaram as ponderações.

Cruzado II

Seguindo a máxima de que "toda decisão econômica é

política", em novembro de 1986 o governo autoriza o reajuste de 60,16% nos preços dos combustíveis, poucas horas depois de encerrada a contagem dos votos que deu ao PMDB uma maiúscula vitória no dia 15. O partido de Sarney elegeu 260 deputados federais, 44 senadores e teria imensa maioria na Assembleia Nacional Constituinte. Ainda levou 22 governos estaduais — capazes de fazerem uma irresistível pressão sobre as bancadas.

Seis dias depois da eleição, em 21 de novembro, o Brasil toma conhecimento do Plano Cruzado II, que praticamente foi na direção contrária à do Cruzado. Segundo o *Atlas Histórico do Brasil*, da Fundação Getúlio Vargas, "o pacote aumentou impostos indiretos, reajustou preços de bens e serviços que estavam completamente defasados, concedeu alguns subsídios para as exportações, e expurgou do índice da inflação as variações de preços de produtos

considerados supérfluos, como cigarros e bebidas. O fracasso desta última tentativa de salvar o Plano Cruzado deveu-se, única e exclusivamente, ao fato de que as origens do processo inflacionário brasileiro não foram atacadas. Isto é, o financiamento do déficit público pela emissão de moeda não foi estancado e o regime monetário-fiscal-cambial não foi alterado." A Regina Echeverria, Sarney admitiu: "O maior erro que cometi na minha vida foi o Plano Cruzado II. Eu preferia ter cortado a minha mão a ter assinado aquilo".

Apesar de a Carta de 1988 ser, hoje, considerada o maior legado de Sarney para a democracia brasileira, e fator de confirmação do Estado de Direito nessas quatro décadas, à época isso não foi compreendido por setores da política e da economia. Até o fim do governo, houve ainda os planos Bresser (junho de 1987) e Verão (janeiro de 1989). Na virada deste ano para 1990, a inflação atingiu 1.972,91%.

Informe Publicitário

NO MUNDO, GUERRA COMERCIAL. NO BRASIL, SUBSÍDIOS AO E-COMMERCE ESTRANGEIRO

Indústria e varejo reivindicam apenas igualdade tributária para preservar os empregos no Brasil

Enquanto o mundo vive uma guerra comercial sem precedentes, marcada por sobretaxas e medidas protecionistas adotadas por grandes potências como os Estados Unidos, o **Brasil segue na contramão: aqui, empresas estrangeiras ainda desfrutam de benefícios fiscais que não se aplicam às companhias que produzem, empregam e geram renda em território nacional.**

O caso mais gritante ocorre no comércio digital. Atualmente, **plataformas internacionais de e-commerce — majoritariamente asiáticas — despejam mais de um milhão de pacotes por dia no Brasil, e com carga tributária bem inferior à aplicada ao setor produtivo nacional.** Até agosto de 2024, essas encomendas contavam com isenção total de Imposto de Importação para compras de até US\$ 50, o que representava 90% das operações dessas plataformas.

Em um avanço importante, o Congresso Nacional aprovou — e o governo sancionou — a criação de uma alíquota de 20% para essas importações. **Mesmo assim, as plataformas internacionais ainda pagam apenas 17% de ICMS na maioria dos estados, o que resulta em uma carga total de cerca de 45%, frente à média de 90% cobrado das empresas brasileiras** geram emprego e renda aqui. Ou seja, há um imenso benefício fiscal para plataformas que não produzem um posto de trabalho no país. **Dessa forma, o estado brasileiro está subsidiando a criação de vagas em países asiáticos, ao invés de beneficiar a própria população.**

Buscando equilibrar esse cenário, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou, em dezembro de 2024, um convênio que permite aos estados elevar de 17% para 20% a alíquota de ICMS incidente sobre essas compras internacionais.

Nove estados tomaram a corajosa decisão de adotar a medida, mostrando o comprometimento com a defesa do emprego e da competitividade local. No entanto, a maioria dos governadores ainda não implementou o ajuste, alegando discordância ou aguardando consenso entre os outros estados. Com o cenário internacional que se desenha, se faz ainda mais urgente a adoção dessa medida.

É importante esclarecer: não se trata de aumento de imposto, mas de correção de uma distorção tributária que penaliza quem produz no Brasil. Caso os estados prefiram não elevar a alíquota, uma alternativa coerente seria aplicar o mesmo percentual de 17% também aos produtos nacionais, garantindo condições mínimas de concorrência. Vale ressaltar que **igualdade.**

Eventuais iniciativas que tenham por objetivo revogar a nova alíquota de 20% de Imposto de Importação representam um enorme retrocesso. Isso ocorre num momento em que os Estados Unidos — destino tradicional de muitas dessas exportações — têm endurecido sua política tributária em relação às plataformas estrangeiras com alíquotas muito elevadas. Sem espaço nos EUA, esses produtos tendem a ser direcionados a outros países, em especial ao Brasil, agravando ainda mais a pressão sobre o varejo e indústria nacionais.

O risco é real e iminente: se nada for feito, a tendência é de crescimento acelerado da presença dessas plataformas no país, ameaçando diretamente os 18 milhões de empregos gerados pelo setor produtivo nacional, incluindo os mais de 1,7 milhão de postos de trabalho da cadeia têxtil e de confecção — setor que representa 5,7% do PIB industrial brasileiro.

Esse ecossistema envolve desde grandes empresas até 140 mil microempreendedores individuais, dos quais mais da metade são mulheres, sendo 75% responsáveis por sustentar suas famílias, além de movimentar a economia local e promover a inclusão social.

O setor produtivo nacional não pede por benefícios fiscais ou protecionismo. Quer apenas igualdade de condições para competir. As empresas brasileiras seguem comprometidas com a responsabilidade social, a inovação, a diversidade e a sustentabilidade. Cumprimos nossos deveres, respeitamos a legislação e investimos no futuro do Brasil.

Diante desse cenário, é urgente que o Governo Federal avance na alíquota para além dos 20% do Imposto de Importação, de forma a equiparar aos mesmos 35% pagos pelo varejo têxtil no país; que os governos estaduais adotem, de forma ampla e imediata, o convênio do Confaz, elevando o ICMS das plataformas estrangeiras para 20%; e que o Congresso Nacional rejeite qualquer tentativa de retrocesso nas medidas de correção da desigualdade tributária.

É igualmente fundamental que a sociedade civil compreenda o impacto desse desequilíbrio e apoie medidas que protejam quem produz, gera empregos e impulsiona o desenvolvimento do país.

Concorrência justa exige regras iguais para todos!

Sem isso, corremos o risco de ver milhões de empregos desaparecerem. E sem empregos não há consumo. As importações são muito bem-vindas, desde que haja condições iguais de concorrência.

